

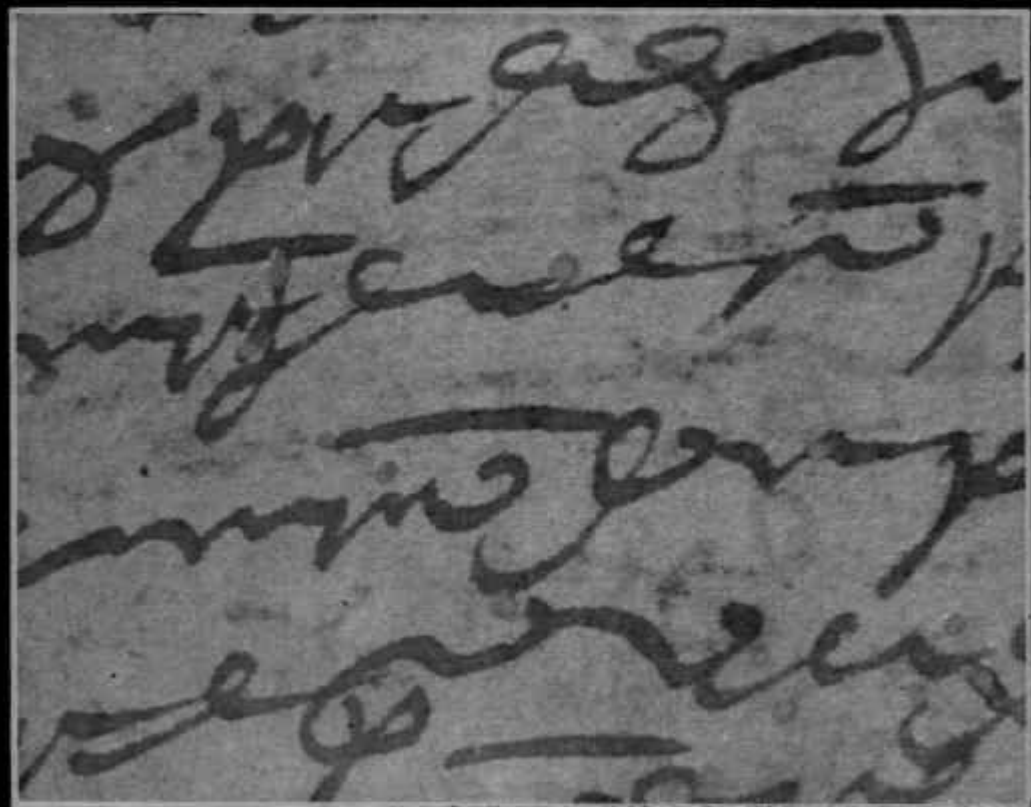
---

# ACERVO

---

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

---



## Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil

Michel Duchein  
*Inspetor-geral dos Arquivos de França*

O arquivista francês que escreve estas linhas não tem nenhuma pretensão de conhecer a história do Arquivo Nacional do Brasil. Os 150 anos de existência legal que o Arquivo Nacional comemorou foram plenos de realizações, de trabalhos, de esperanças, talvez também de desilusões — qual empreendimento humano não as conhece? Durante este século e meio, o mundo modificou-se, o Brasil se transformou, os arquivos evoluíram. Os arquivistas de 1838, sem dúvida, se retornassem ao nosso mundo, não reconheceriam muita coisa. Talvez não compreendessem nossos métodos de trabalho e, além disso, o vocabulário que utilizamos lhes seria em grande parte desconhecido.

No entanto, a história é uma evolução contínua. Tudo o que existe hoje tem sua origem em um passado mais ou menos longínquo. E o futuro dependerá, mais ou menos, do que existe atualmente. Os arquivos, por sua própria natureza, são o elo que une o passado ao presente e o presente ao futuro.

É também importante interrogar-se sobre o conceito de evolução e de 'modernização' dos arquivos. O que era considerado 'moderno' tornou-se, na maioria das vezes, obsoleto — prova disto é o estilo de decoração que chamamos na França *modern style*, típico dos anos 1890-1900, isto é, o menos 'moderno' que se possa imaginar!

Por essa razão não gosto, pessoalmente, de falar de 'modernização' dos arquivos. Ou então deve-se compreender esta palavra, não como uma operação que se faz de uma vez por todas, mas como um processo de evolução incessante, permanente, inerente à vida de nossas instituições.

Dois perigos devem ser evitados: o do imobilismo, que consiste em recusar qualquer mudança em nome do respeito à tradição, e o da 'fuga para frente', que implica abandono de todo conhecimento do passado em nome do progresso.

Atualmente, desses dois perigos o segundo é, sem dúvida, o mais imediato. A evolução das tecnologias processa-se com tal velocidade que leva, algumas vezes, ao esquecimento de todos os hábitos anteriores. Os jovens, em particular, imaginam freqüentemente que só as tecnologias mais avançadas, as mais sofisticadas, permitem resolver os problemas e responder às necessidades futuras. Assim, ao celebrar os 150 anos de história do Arquivo Nacional, é útil interrogar-se sobre seu futuro.

## A evolução da noção de arquivos

No século XIX, quando o imperador dom Pedro II criou o Arquivo Nacional em seu jovem Estado, o conceito de arquivos tinha, essencialmente, um caráter 'histórico'. A Revolução Francesa popularizou a idéia de que os documentos do governo e os da administração pública deviam ser, em cada país, preservados como símbolos da identidade nacional. Desde o século XIV, Portugal conserva seus arquivos reais na Torre do Tombo; a Espanha possuía seu Archivo General em Simancas desde o século XVI; era lógico que o Brasil, ao se tornar independente, estabelecesse por sua vez um instrumento de sua memória nacional.

Nos grandes depósitos — como o Public Records Office da Inglaterra, criado no mesmo ano em que o Arquivo Nacional do Brasil, ou os Arquivos do Reino da Bélgica, instituídos em 1831 —, a função da 'memória' era preponderante. Os arquivistas eram historiadores, paleógrafos, diplomáticos. Os métodos de arranjo baseavam-se nas grandes épocas da história e nas estruturas governamentais e administrativas do passado. Não havia muita preocupação em recolher documentos novos e, menos ainda, em adaptar os quadros de arranjo à evolução administrativa. O termo *arquivo histórico*, muito na moda entre 1830 e 1850 em toda a América Latina, caracteriza essa concepção, que corresponde ao despertar da consciência nacional no século XIX.

A situação atual não é mais a mesma. Longe de se voltarem prioritariamente para o passado, as instituições de arquivos estão sobretudo preocupadas com a posse e a administração dos documentos atuais. Elas mantêm relações estreitas com as administrações produtoras de dossiês, e os problemas de integração nos arquivos de documentos que chegam semana após semana, mês após mês, tornaram-se objeto de estudos e de reflexões profissionais em escala mundial.

## A integração de documentos recentes

Hoje, em nenhum país considera-se que os documentos 'históricos' e os documentos recentes constituem duas entidades distintas. Admite-se, por toda parte, que entre um e outro não existe uma fronteira estanque, mas uma gradação imperceptível. Alguns documentos são 'históricos' desde sua criação; outros, ao contrário, são desprovidos de interesse histórico, mesmo que tenham cem anos ou mais.

Essa noção de um *continuum* entre o documento administrativo e o documento histórico é fruto de uma reflexão, a que se procedeu, sobretudo, nos Estados Unidos e na Inglaterra depois da Segunda Guerra Mundial. Ela se traduz por diversas teorias e práticas: *records management* na América do Norte, *préservation* na França e em diversos países europeus. Exprime-se pela teoria, hoje em dia clássica, das 'três idades' dos arquivos, formulada pela primeira vez por Théodore Schellenberg nos anos 1950.

Para transformar o dossiê administrativo em documento de arquivo, são necessárias quatro operações: recolhimento, triagem, arranjo e inventário. Ca-

da uma destas operações é, atualmente, objeto de uma abundante literatura profissional, embora as práticas ainda variem de um país para outro, em função das estruturas e métodos administrativos próprios de cada nação.

A integração dos dossiês administrativos aos arquivos pode ser feita diretamente (arquivamento) ou por uma etapa intermediária (arquivo intermediário). Os dois sistemas podem funcionar e dar bons resultados, caso sejam executados de maneira metódica e regular.

### Os documentos de tipo novo e as tecnologias modernas

Outro elemento que modificou profundamente a vida das instituições arquivísticas — e o Arquivo Nacional não é exceção — foi o surgimento, no início do século XX, de documentos novos: novos por seu suporte (película fotográfica, fita ou disco magnético, disco laser...) ou por seu conteúdo (imagens fixas ou animadas, registros sonoros, impulsos magnéticos binários...).

Todos esses documentos impõem condições de conservação física especiais: temperatura, higrometria, proteção contra os campos magnéticos etc. A maioria possui, também, a característica de exigir para sua consulta equipamentos tecnológicos sofisticados, tais como projetores, aparelhos de leitura, aparelhos de som e computadores, entre outros.

Eles, então, criam para os arquivistas problemas totalmente novos — além de não poderem ser arranjados e conservados como documentos tradicionais, seu registro e sua consulta demandam máquinas em geral caras e que, ademais, tornam-se obsoletas rapidamente.

### As tecnologias de conservação

A preocupação pela conservação material dos documentos sempre esteve presente nas inquietações dos arquivistas. Sempre cuidou-se que os arquivos fossem guardados em locais em bom estado, protegidos contra a umidade e os insetos, providos de paredes espessas a fim de evitar os riscos de incêndio. Tal preocupação justifica-se em um país como o Brasil, onde a experiência cotidiana oferece exemplos de deterioração devido ao calor úmido, aos cupins, às chuvas torrenciais, à luz solar intensa e ao mofo.

O progresso da ciência ao longo dos trinta ou quarenta últimos anos deu uma nova dimensão aos problemas da conservação material dos arquivos. A química, a física aperfeiçoaram nossos conhecimentos sobre a natureza dos perigos que ameaçam os documentos em papel, as tintas, os filmes fotográficos, os suportes magnéticos etc. Soluções tecnológicas foram inventadas para combater a umidade, o mofo, os insetos. A climatização, a desinfestação, a restauração dos documentos deteriorados, a prevenção de incêndio sofreram um progresso espetacular e não param de se aperfeiçoar.

Trata-se de uma verdadeira revolução no mundo dos arquivos, pois a conservação de documentos tem se tornado cada vez mais dependente de tecnologias dispendiosas, freqüentemente frágeis e em perpétua evolução. O arquivis-

ta de outrora não tinha outra preocupação além de dispor de um prédio sólido e bem arejado; hoje ele é escravo de equipamentos técnicos, cuja falta — sobretudo de climatização — pode ter conseqüências dramáticas.

A ligação cada vez mais estreita entre a conservação de arquivos e a tecnologia moderna é um fenômeno universal. Evidencia-se, particularmente, nos países onde o ambiente natural, por motivos climáticos, torna aleatória a conservação dos documentos, assim como no Brasil.

A sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro confronta-se com essa evolução tecnológica e suas pesadas conseqüências financeiras. No antigo prédio da Casa da Moeda, para onde se transferiu em 1983, os cuidadosos estudos sobre os problemas materiais de conservação e restauração de documentos contaram com a colaboração de especialistas de alto nível. Mas não devemos iludir-nos: quanto mais a ciência progride, mais as soluções propostas são sofisticadas. Já vemos surgir técnicas de desacidificação por processo gasoso a vácuo, método para salvar os documentos atacados pela acidez do ar poluído de nossas grandes metrópoles; estas técnicas, porém, exigirão equipamentos complexos e caros.

Não se deve também esquecer que o acesso do público aos documentos e sua conseqüente manipulação têm um papel importante em sua deterioração. Para remediá-la, a microfilmagem constitui uma solução ideal, uma vez que os documentos permanecem intactos e só os microfilmes são postos à disposição do público. O Arquivo Nacional do Brasil, bem como todas as grandes instituições arquivísticas do mundo, segue essa trilha; mas isto representa, ainda, investimentos financeiros consideráveis, sem precedentes.

A partir de agora deve-se admitir que, tal como a medicina ou a proteção ao meio ambiente, a conservação de arquivos (como a de livros, obras de arte e monumentos) obrigará, no futuro, a despesas cada vez mais pesadas e necessitará de pessoal cada vez mais especializado.

### Os arquivos e seu público. A pesquisa nos arquivos

Da mesma maneira que a tecnologia da conservação, a utilização dos arquivos conheceu no curso de nosso século uma evolução profunda.

Tal evolução está ligada a dois fenômenos: por um lado, a expansão do campo de pesquisa em ciências humanas e, de outro, o desenvolvimento das leis sobre os direitos do homem e a proteção aos cidadãos.

A expansão do campo de pesquisa em ciências humanas: os pesquisadores que vêm consultar os arquivos não são mais unicamente historiadores no senso estrito do termo mas, também, economistas, sociólogos, geógrafos, demógrafos, estatísticos. Os historiadores por si mesmos alargaram o universo de suas curiosidades: história econômica, história social, história dos costumes, história da vida privada, história do direito; e os métodos da 'história quantitativa', facilitada pelo computador, levam ao despojamento maciço de grandes séries de arquivos.

O desenvolvimento de leis sobre os direitos do homem: inúmeros procedimentos administrativos exigem, atualmente, produção de provas e de justificativas a fim de permitir aos cidadãos fazerem valer seus direitos, principal-

mente no campo da proteção social. Daí o afluxo, nos arquivos, de pessoas solicitando pesquisas para encontrar este ou aquele documento administrativo — algumas vezes antigo — que lhes concerne.

Essas duas inovações têm conseqüências importantes para os arquivistas: primeiro, quanto às dimensões e o equipamento das salas de consulta, que passaram a receber um público numeroso, mas também — e talvez sobretudo — no que se refere ao conceito de arranjo e de instrumentos de pesquisa nos arquivos.

Tradicionalmente, a partir do século XIX, os inventários eram de natureza puramente descritiva, enumerando os documentos pela ordem de seu arranjo, este baseado no 'princípio de proveniência', fundamento da teoria arquivística. Este método exige do pesquisador um certo conhecimento da história das instituições, visto que para encontrar um documento é preciso saber de onde ele provém, isto é, seu órgão produtor e em que circunstância do processo administrativo ele foi criado.

Os pesquisadores atuais sujeitam-se cada vez com menor facilidade a tal servidão. Habitados aos sistemas da *information retrieval* automatizada, que possibilita o uso do computador, eles querem que o documento lhes seja fornecido sem que seja necessário pesquisar sua origem. Assim, algumas instituições arquivísticas buscam dotar-se de grandes fichários e em base de dados, cujo objetivo é o de fornecer, automaticamente, a localização do documento procurado.

Esses sistemas de pesquisa informatizados em arquivos, como, por exemplo, os dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França e os de outros países, certamente são sedutores, mas não devemos iludir-nos. Eles só são eficazes para fornecer informações de caráter bastante genérico sobre o conjunto dos arquivos (tal como o sistema Egerie nos Arquivos Nacionais de França) ou informações detalhadas sobre categorias de arquivos muito limitadas (assim como o Arcade nos Arquivos Nacionais de França, que se refere unicamente à aquisição de obras de arte pelo Estado no século XIX).

Apesar da atração que os sistemas de pesquisa informatizados exercem sobre os pesquisadores, sobretudo nos jovens, é um dever dos arquivistas permanecerem fiéis ao princípio fundamental de sua profissão, ou seja, o 'respeito aos fundos' (princípio de proveniência, segundo a terminologia alemã, adotada em diversos países, inclusive no Brasil). As regras formuladas pelos grandes teóricos Keith, Muller e Fruin, Jenkinson e Schellenberg são válidas até hoje. Os arquivos não são bibliotecas ou centros de documentação: cada documento deve conservar seu lugar no conjunto estrutural onde foi produzido.

A solução para esse dilema é o aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa. Os inventários e repertórios tradicionais conservam sua utilidade e constituem sempre a base de pesquisa nos arquivos; mas é preciso completá-los com índices e quadros metódicos, os quais podem ser facilmente informatizados, sem prejudicar o respeito à estrutura dos fundos. Esta é a chave do futuro da pesquisa nos arquivos. O Arquivo Nacional do Brasil não tardará a seguir esse caminho promissor.

Não se deve negligenciar, por outro lado, o aspecto cultural dos arquivos. Ao lado dos pesquisadores que querem consultar documentos para seus estudos ou por motivos pessoais, um número crescente de cidadãos interessa-se por

história como 'curiosos'. É preciso organizar, para este público, exposições, conferências, projeções de filmes, toda uma animação cultural que os arquivistas da época de dom Pedro II evidentemente ignoravam. O Arquivo Nacional, após a restauração do conjunto arquitetônico da Casa da Moeda, disporá de locais espaçosos para este gênero de atividades, destacando-se a recepção de estudantes que irão iniciar-se na história de seu país. O papel dos arquivos na vida cultural brasileira crescerá consideravelmente nos próximos anos.

### Legislação e organização dos arquivos

Tendo em vista a complexidade crescente dos problemas técnicos, jurídicos, financeiros e administrativos que a gestão de arquivos acarreta em um estado moderno, a intervenção do legislador faz-se cada vez mais necessária para regulamentar os diversos aspectos dessa gestão.

A estrutura constitucional do Brasil, de tipo federalista, o exclui de uma organização centralizada de arquivos, como a que existe na Espanha, na França, na Itália, na Holanda e em outros países.

No entanto, a despeito de uma centralização administrativa impossível — uma vez que cada estado é responsável por seus arquivos —, o Brasil se esforça, com razão, para estabelecer normas para o tratamento científico e conservação física dos arquivos, da mesma forma que os demais países modernos. Nesta evolução, o Arquivo Nacional assumiu o papel de coordenador e incentivador e, sem dúvida, será cada vez mais reconhecido como o 'centro' e a força motriz de toda atividade arquivística brasileira, graças ao Sistema Nacional de Arquivos, cuja criação, em 1978, é um dos progressos legislativos mais substanciais realizados no curso dos últimos anos.

A evolução metodológica dos arquivos suscita, também, a questão preocupante da formação profissional dos arquivistas. Na época de dom Pedro II, um arquivista devia ser antes de tudo um historiador e um paleógrafo. Atualmente, deve, além disso, ser iniciado na utilização dos recursos informáticos, nas ciências da informação, nas técnicas de conservação; tem de estar familiarizado com os métodos de trabalho e a estrutura dos órgãos administrativos, com o direito administrativo e, sem dúvida, precisa conhecer as teorias arquivísticas de arranjo e descrição dos arquivos. Esta formação, de alto nível, não pode, evidentemente, ser centralizada em um país com a dimensão do Brasil; mas deve ser obrigatoriamente assegurada por professores especializados, o que dificultará a multiplicação de locais de ensino.

A instalação de um curso de formação arquivística em nível nacional, de acordo com as exigências da arquivística moderna, deve ser uma das tarefas prioritárias do Brasil nos próximos anos, e o Arquivo Nacional, naturalmente, será sua força motriz.

### O futuro dos arquivos e a cooperação internacional

O Arquivo Nacional do Brasil tem 150 anos. Ao contrário de muitas outras instituições, ele remoja à medida que envelhece. Assentado em suas tradi-

ções, que remontam aos primeiros anos da independência nacional, está pronto para enfrentar os mistérios e as turbulências do futuro com o espírito de confiança e de dinamismo insuflados pela notável atuação de sua diretora-geral e sua equipe de colaboradores, apaixonados por seu trabalho.

Os responsáveis pelo Arquivo Nacional encontram-se enraizados na história brasileira, da qual são guardiães vigilantes. Mas eles sabem que não se pode conceber o mundo hoje como territórios fechados. A arquivologia tornou-se uma ciência de fato, que evolui rapidamente em todos os países, e a cooperação internacional é vital para assegurar seu futuro. No contexto da ALA, do CIA, da OEA, da Unesco e de todos os organismos bilaterais e multilaterais de cooperação cultural, o Arquivo Nacional está situado em primeiro plano. Conquistou seu lugar entre as grandes instituições arquivísticas do mundo e já serve de modelo para os arquivos dos demais países em desenvolvimento.

Estou feliz e orgulhoso de ter sido chamado por diversas vezes, nos últimos dez anos, para constatar no Rio de Janeiro e em Brasília o dinamismo do Arquivo Nacional e a rapidez de seu desenvolvimento. A comemoração de seus 150 anos é a ocasião para medir seu progresso. É, também, a de encarar com confiança seu futuro e desejar uma juventude vigorosa a este venerável centenário.

#### **Abstract:**

This article delineates a view of the evolution of the archival thought after the nineteenth century, as well as its consequences in the technical and administrative organization of the National Archives, that undergoes evident processes of modernization.

The author shows the characteristics and the risks of a modernization that not always obeys certain principles of continuity at the time that accentuates the new dynamic of the National Archives of Brazil, in the moment that such evolution occurs.

#### **Résumé:**

L'article dresse un panorama de l'évolution de la pensée archivistique depuis le XIX<sup>ème</sup> siècle, de même que de ses effets sur l'organisation administrative et technique des archives nationales, qui subissent des processus plus ou moins marqués de modernisation.

L'auteur présente les caractéristiques et les risques d'une 'modernisation' qui n'obéit pas toujours à certains principes de continuité, en même temps qu'il met en évidence le nouvel essor des Archives Nationales du Brésil au moment de son insertion dans le courant d'une telle évolution.